

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	9
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	14
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	16
2.5 Medições não contábeis	19
2.6 Eventos subsequentes as DFs	24
2.7 Destinação de resultados	25
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	28
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	29
2.10 Planos de negócios	30
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	34
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	35
5.2 Descrição dos controles internos	37
5.3 Programa de integridade	40
5.4 Alterações significativas	43
5.5 Outras informações relevantes	44

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras a seguir, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* – IASB ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia - <http://ri.randoncorp.com>, e no site da CVM - <https://www.gov.br/cvm/>.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente à sua estratégia de crescimento e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo, conforme informações apresentadas a seguir:

Exercício de 2022

Com um modelo diversificado de negócios, que se mostra eficaz em absorver os efeitos dos ciclos de mercado, a Companhia registrou crescimento de seus resultados, sem abrir mão de investir em inovação e sustentabilidade, apesar do cenário desafiador, motivado por maior competição no mercado de semirreboques, que apresentou queda de 8,3% no ano e escassez na cadeia de fornecimento das montadoras no primeiro semestre, principalmente relacionado à falta de semicondutores.

Em 2022, as receitas atingiram R\$ 11,2 bilhões e tiveram avanço de 23,1% em relação ao exercício social de 2021, devido aos bons volumes de vendas, à recomposição de preços em algumas linhas de produto e ao aumento de portfólio, com soluções inovadoras, trazendo diferenciais competitivos de redução do custos de operação e aumento de qualidade, que são relevantes aos clientes. Além disso, aceleramos o movimento de internacionalização da Companhia, que adicionou novas geografias e setores de atuação, agregando resiliência ao negócio.

As receitas consolidadas já demonstram esse efeito da expansão internacional. As vendas ao mercado externo somaram recorde histórico de US\$ 436,5 milhões, um aumento de 37,9% em relação ao exercício de 2021, superando o topo do Guidance (projeções anuais divulgadas pela Companhia, para saber mais, [clique aqui](#)). E tudo isso em meio a um cenário internacional bastante complexo, com impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia, *lockdowns* na China, fluxo lento nas fronteiras globais e maiores custos logísticos, com relação à 2021. A Companhia conseguiu superar todas estas dificuldades, conquistando novos clientes e projetos, recompondo preços e entrando no mercado norte-americano de semirreboques.

Em 2022, a pressão inflacionária nos custos, que havia se intensificado desde o início da pandemia, continuou impactando o fornecimento e os preços dos insumos. Para mitigar estes efeitos nas margens, realizou-se compras estratégicas de matérias-primas, controlando os estoques, investindo em aumento de produtividade, além de manter o rigor e a disciplina em relação às despesas administrativas e comerciais, que apresentaram redução de 0,6 p.p., frente à receita líquida consolidada, no comparativo anual.

Outro fator importante que afetou nosso resultado de 2022 foi a adoção do CPC 47¹, norma direcionada às administradoras de consórcios autorizadas pelo Banco Central do Brasil, e que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. Como impacto, teve-se em 2022 a redução de R\$ 55,4 milhões, na receita e uma reversão de R\$ 86,7 milhões, nas despesas com vendas na Vertical de Serviços Financeiros e Digitais, devido à mudança no formato de contabilização, com reconhecimento diferido destas receitas e despesas até o final do prazo do contrato, mas que tiveram efeito positivo sobre o resultado.

O lucro líquido encerrou 2022 em R\$ 471,7 milhões e apresentou queda de 32,4%, no comparativo anual. Essa redução se deu principalmente pelo efeito de não recorrente relevante obtido com processos tributários em 2021, que impactou positivamente a lucratividade daquele ano, aumentando a base de comparação. Sem este fator, o indicador teria apresentado avanço em 2022, mesmo com resultado financeiro sendo fortemente afetado pelo aumento da SELIC no ano.

Em 31 de dezembro de 2022 as disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos derivativos totalizavam R\$ 3,2 bilhões aplicados em bancos de primeira linha e majoritariamente em moeda nacional, um aumento de 40,1% em

¹ Em 27 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil fundamentou proposta de edição de instrução normativa que estabelece princípios gerais para o reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis alinhados aos Pronunciamentos Técnicos quanto a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00), Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01), Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23), Mensuração do Valor Justo (CPC 46) e Receita de Contrato com Cliente (CPC 47). A norma é direcionada às administradoras de consórcios e às instituições de pagamento autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Esta Instrução Normativa é prospectiva e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022. A norma regulamenta a contabilização de receitas e despesas por regime de competência e não mais caixa, como era realizado até 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

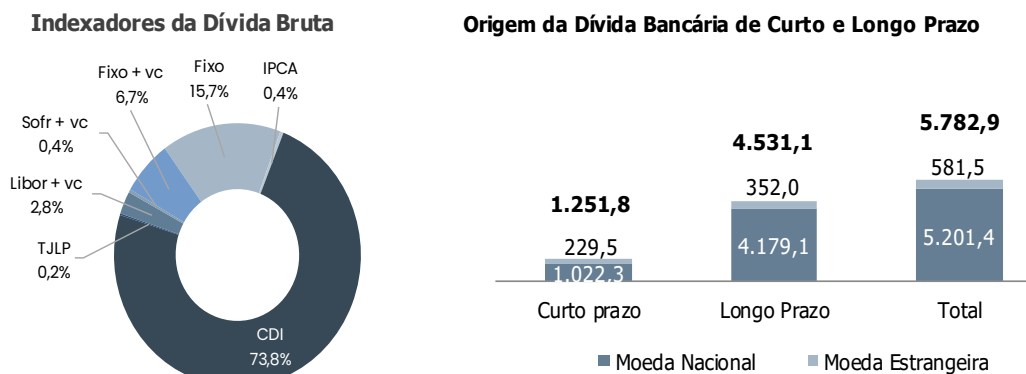
relação a 31 de dezembro de 2021.

A Companhia encerrou 2022 com endividamento financeiro líquido consolidado de R\$ 2,9 bilhões, um aumento de 15,1% em relação a 2021, com alavancagem equivalente a um múltiplo de 1,94x o EBITDA dos últimos doze meses, uma estabilidade se comparado ao múltiplo de 1,92x o EBITDA verificado em 31 de dezembro de 2021. Parte deste endividamento, R\$ 1,3 bilhão, se refere às operações do Banco Randon, que tem como característica a atividade financeira, ou seja, realiza captações para financiar suas operações; esse endividamento apresentou um aumento 17,5%, em comparação ao exercício de 2021. Excluindo a dívida do Banco Randon do endividamento consolidado, o valor do endividamento financeiro líquido consolidado é de R\$ 1,6 bilhão, com alavancagem de 1,08x o EBITDA dos últimos doze meses, um aumento de 13,1% em comparação a 2021, com dívida líquida consolidada de R\$ 1,4 bilhão e alavancagem de 1,08x o EBITDA dos últimos doze meses.

O aumento da dívida líquida da Companhia ao longo de 2022 está relacionado principalmente aos investimentos que totalizaram R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 346,8 milhões em orgânicos (CAPEX). Em novembro de 2022, a Randoncorp adquiriu, a empresa norte-americana fabricante de semirreboques Hercules Enterprises e acelerou, assim, o processo de internacionalização. A Companhia também arrematou, em leilão, os ativos da Fundação Balancins, anunciou a aquisição da DBServer e segue estruturando a nova *joint venture*, a Addiante.

A dívida da Companhia é majoritariamente em moeda nacional e os custos de captação estão compatíveis com as taxas praticadas pelo mercado. A Taxa Selic teve aumentos consecutivos nos últimos 12 meses, passando de 9,25% a.a. para 13,75% a.a., acarretando acréscimo expressivo nos juros pagos sobre financiamentos vinculados ao CDI. Os diretores entendem que os níveis do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2022. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 2,0 nesse período, um aumento 17,6%, comparado ao exercício de 2021, quando esse índice foi de 1,7.

Segue abaixo o detalhamento do endividamento ao final de 2022:



b. estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final de 2022 era de R\$ 3,8 bilhões de reais, enquanto ao final de 2021 era R\$ 3,3 bilhões, respectivamente.

A atual estrutura de capital da Companhia, com 29,7% de capital próprio de 70,3% de capital de terceiros, está de acordo com o padrão usualmente adotado pela Companhia nos últimos anos e não apresenta desvios relevantes.

A estrutura de capital da Companhia está evidenciada nas tabelas a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em reais mil	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH (2022 x 2021)
Passivo (Circulante e Não Circulante)	9.061.081	70,3%	7.445.047	69,5%	21,7%
Patrimônio Líquido	3.821.266	29,7%	3.274.740	30,5%	16,7%
Total (Passivo + PL)	12.882.347	100,0%	10.719.787	100,0%	20,2%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Randoncorp tem apresentado ao longo dos anos capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, como atestam seus índices de liquidez corrente e de endividamento. A manutenção da saúde econômica e financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

Consolidado	Em 31 de dezembro de		
Índices Financeiros	2022	2021	Δ%
Índice de Liquidez Corrente	2,0	1,7	17,6%
Índice de Alavancagem	1,94	1,92	1,0%

Através da sólida estrutura patrimonial e de geração de receita, a Companhia possui linhas de crédito disponíveis para renovar suas dívidas, alongando os prazos de pagamento, se necessário.

A Companhia administra suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas a taxas que variam entre 75% e 106,35% (75% a 125% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações financeiras de liquidez não imediata referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) que não são prontamente conversíveis em caixa, considerando a data da transação e as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos federais. A remuneração média é de 102% a 104% do CDI ou equivalente (103% em 31 de dezembro de 2021).

As projeções financeiras internas suportam o pagamento da dívida contraída.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos e pré-embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP, BNDES, FUNDOPEM, NCE, PPE e acesso ao mercado de capitais, por meio da emissão de debêntures, dentre outros.

A seguir, tabelas demonstrando a composição da dívida bruta nos últimos 2 exercícios (R\$ mil):

	2022	2021
Modalidade	Total R\$	Total R\$
Vendor	14.013	33.398
ACC	81.877	125.215
Debêntures	2.280.715	2.041.369
Finame	690.335	476.450
Fundopem	24.947	34.009
Finep	16.703	26.094
Leasing	-	191
Pré Pgto Exportação	155.324	219.976
NCE	1.528.927	612.570
Capital de Giro	432.690	930.929
Term Loan	12.031	21.994
BNDES	180.115	222
TOTAL	5.417.677	4.522.417

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais.

A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito considerando os bons índices de avaliação junto às instituições financeiras e o bom relacionamento com estas.

A classificação de risco da Companhia de acordo com o Standard & Poor's para 2022 foi "brAA+". Ou seja, a instituição considera adequada o nível de liquidez da Randoncorp.

As principais fontes de financiamento da Companhia são suas disponibilidades, caixa gerado pelas operações e captações de recursos com bancos e/ou via mercado de capitais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Segue abaixo tabela com características das dívidas da Companhia:

Empréstimos e Financiamentos Bancários (R\$ milhões)

	Indexador	Vencimento final do contrato	Consolidado	
			2022	2021
Circulante				
Moeda nacional:				
Capital de Giro	CDI/Taxa Fixa	ago/26	253.836	562.789
Debêntures	CDI	nov/29	154.574	548.676
NCE	CDI/Taxa Fixa	jul/27	59.725	71.496
Vendor	CDI	abr/23	14.013	33.398
Fundopem	IPCA	set/35	9.165	12.935
Finep	Taxa Fixa/TJLP	mar/30	7.962	9.431
Finame	CDI/Taxa Fixa	mar/28	222.789	160.950
BNDES	Taxa Fixa/CDI/TJLP	jan/28	111	160
Leasing	Taxa Fixa	ago/22	-	191
Moeda estrangeira:				
ACC	Taxa Fixa/Variação Cambial	abr/23	81.877	125.215
Capital de Giro	Taxa Fixa/Variação Cambial	out/26	64.431	61.214
Pré Pgto Exportação	Libor/Variação Cambial	jul/25	52.977	55.781
NCE	Taxa Fixa/Variação Cambial	mai/29	18.500	18.918
Term Loan	Taxa Fixa/Variação Cambial/Libor	jul/23	7.489	8.420
BNDES	Taxa Fixa/Variação Cambial	jan/23	4	45
			947.453	1.669.619
Não circulante				
Moeda nacional:				
Debêntures	CDI	nov/29	2.126.141	1.492.693
NCE	CDI/Taxa Fixa	jul/27	1.219.260	485.883
Finame	CDI/Taxa Fixa	mar/28	467.546	315.500
BNDES	Taxa Fixa/CDI/TJLP	jan/28	180.000	13
Capital de Giro	CDI/Taxa Fixa	ago/26	107.167	275.892
Fundopem	IPCA	set/35	15.782	21.074
Finep	Taxa Fixa/TJLP	mar/30	8.741	16.663
Moeda estrangeira:				
NCE	Taxa Fixa/Variação Cambial	mai/29	231.442	36.273
Pré Pgto Exportação	Libor/Variação Cambial	jul/25	102.347	164.195
Capital de Giro	Taxa Fixa/Variação Cambial	out/26	7.256	31.034
Term Loan	Taxa Fixa/Variação Cambial/Libor	jul/23	4.542	13.574
BNDES	Taxa Fixa/Variação Cambial	ago/22	-	4
			4.470.224	2.852.798
Total de empréstimos			5.417.677	4.522.417

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ao longo de 2022 e 2021 a Companhia e suas controladas emitiram debêntures e notas comerciais, conforme abaixo:

Em 21 de outubro de 2022, a Companhia divulgou por meio de fato relevante a sua 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no montante de R\$ 500 milhões, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da então vigente Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476").

Em 29 de julho de 2022, a Companhia aprovou a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, da sua controlada Castertech Fundação e Tecnologia Ltda., com garantia fidejussória adicional, em série única, no montante de R\$ 200 milhões, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e da então vigente Instrução CVM 476.

Em 2 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou por meio de fato relevante a sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no montante de R\$ 500 milhões, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da então vigente Instrução CVM 476.

Em 2021, a Companhia divulgou por meio de fato relevante a sua 8ª emissão de debêntures simples da Randoncorp, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única no montante de R\$ 250 milhões, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da então vigente Instrução CVM 476.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, exceto o Banco Randon, empresa controlada indireta.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação, qual seja:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Empréstimos e financiamentos com garantias reais (atualmente, não aplicável);
- 3) Impostos a recolher;
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Exercício de 2022

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 878,3 milhões (R\$ 379,6 milhões em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas detêm contratos de financiamentos e debêntures no valor de R\$ 3,4 bilhões que prevêem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*), calculados pela relação entre dívida líquida e EBITDA, excluindo os valores do Banco Randon nas datas base de encerramento de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2022, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randoncorp Consolidado sem Banco) foi de 1,08 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. A Companhia possui *covenants* com limite de alavancagem igual ou superior a 3,5x o EBITDA, excluindo os números do Banco Randon.

Além do *covenant* citado acima, as escrituras estabelecem restrições usuais de mercado, que podem ser observadas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

nas Escrituras das respectivas emissões de debênturas da Companhia, disponíveis no site ri.randoncorp.com.

Exercício de 2021

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 379,6 milhões (R\$ 191,8 milhões em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas detêm contratos de financiamentos e debêntures no valor de R\$ 2,0 bilhões que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants), calculados pela relação entre dívida líquida e EBITDA, nas datas base de encerramento de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2021, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randoncorp Consolidado sem Banco) foi de 1,08 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Abaixo segue tabela que apresenta a evolução durante os anos de 2022 e 2021 dos contratos que estavam em vigor, que possuíam limite de crédito aprovado e em fase de desembolso:

CONSOLIDADO	Em 31 de dezembro de	
Financiamentos	2022	2021
	(em R\$ mil)	(em R\$ mil)
Contratado	78.266	11.305
Liberado	44.112	10.140
Saldo	34.154	1.165

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Abaixo apresentamos as demonstrações das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pela CVM.

Fluxo de Caixa – R\$ Mil			
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2022	2021	Δ%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.129.815	426.629	164,8%
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	-661.406	-584.356	13,2%
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	145.694	388.122	-62,5%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	614.103	230.395	166,5%

Fluxo de Caixa 2022

Ao final de 2022, a Companhia gerou R\$ 614,1 milhões de caixa, aumento de 166,5% no comparativo com 2021.

Seguem abaixo os principais destaques sobre o caixa da Companhia em 2022:

- > Implementação de iniciativas para redução da necessidade de capital de giro, principalmente nas contas de clientes, fornecedores e estoques, que se elevaram em 2021 em função da inflação de materiais, acréscimo de empresas adquiridas, compras estratégicas de insumos produtivos e pelo reconhecimento de créditos tributários;
- > Pagamentos realizados para aquisições de empresas e de ativos (empresas Nakata, Master Flores da Cunha, Castertech Schroeder, Castertech Mogi, Auttom e Hercules Enterprises) e integralização de capital na *joint venture* Addiante.
- > Pagamento de juros sobre capital próprio e de dividendos, 26,5% superior a 2021;
- > Follow-on da controlada Fras-le, que adicionou R\$ 249,7 milhões em recursos ao caixa, além de outras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

grandes captações mencionadas no item 2.1 f. i;

- > Maior valor de juros pagos por empréstimos, em função da alta da Selic;
- > Aquisição de ações da Companhia para manter em tesouraria.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS – Em R\$ milhões, exceto %					
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
	31/12/2022	AV 2022	31/12/2021	AV 2021	AH 2022 X 2021
Receita Operacional Líquida	11.152,4	100,0%	9.057,5	100,0%	23,1%
Custos das vendas e Serviços	-8.527,7	-76,5%	-6.789,1	-75,0%	25,6%
Lucro Bruto	2.624,8	23,5%	2.268,4	25,0%	15,7%
Despesas c/ Vendas	-717,1	-6,4%	-617,0	-6,8%	16,2%
Despesas Administrativas	-541,4	-4,9%	-446,9	-4,9%	21,2%
Resultado Financeiro	-370,3	-3,3%	-106,2	-1,2%	248,7%
Resultado Participações	-0,3	0,0%	-0,5	0,0%	-42,5%
Outras Despesas / Receitas	-113,7	-1,0%	-103,5	-1,1%	9,8%
Resultado Antes IR, CS e Participações	882,0	7,9%	994,3	11,0%	-11,3%
Provisão para IR e Contrib. Social	-216,2	-1,9%	-110,2	-1,2%	96,3%
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0,7	0,0%	0,5	0,0%	23,3%
Participação dos Acionistas Não controladores	-194,7	-1,7%	-186,8	-2,1%	4,2%
Lucro/Prejuízo Líquido Exercício	471,7	4,2%	697,9	7,7%	-32,4%

Em relação ao exercício de 2022, destacamos os seguintes indicadores de resultado que apresentaram maior variação:

> **Receita Líquida Consolidada:** Em 2022, a Companhia atingiu R\$ 11,2 bilhões de receita líquida consolidada, avanço de 23,1% frente a 2021. Elencamos abaixo os principais fatores relacionados ao crescimento desse indicador:

- Boa demanda dos mercados de caminhões, semirreboques e reposição;
- Repasses de inflação realizados ao longo de 2022, na maior parte das linhas de produtos;
- Adição de receitas de empresas adquiridas e constituídas em 2022 (R\$ 304,4 milhões);
- Avanço das vendas no mercado externo.
 - Em 2021 já havíamos apresentado crescimento na receita líquida consolidada, pelos seguintes fatores:
 - Forte demanda do agronegócio, com mais uma safra recorde;
 - Aumento do consumo de diversos produtos, com o fortalecimento das vendas no varejo;
 - Melhora da confiança e do investimento, estimulada pelo avanço da vacinação e recuperação do PIB;
 - Retomada dos setores econômicos da indústria, construção civil e mineração;
 - Mercado de veículos seminovos aquecido, demandando maior volume de peças de reposição.

Além disso, o aumento das receitas também teve origem na adição das empresas adquiridas no último exercício, no crescimento das receitas do mercado externo, no reajuste de preços dos produtos vendidos e na retomada das vendas de vagões.

> **Custo dos Produtos Vendidos (CPV):** O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 8,5 bilhões em 2022, representando 76,5% da receita líquida consolidada, contra R\$ 6,8 bilhões e 75,0% da receita líquida consolidada de 2021.

Os principais destaques relativos ao CPV da Companhia em 2022 foram:

- Aumentos significativos de preço em alguns insumos, especialmente pneus, molas mecânicas, resinas e ferro fundido;
- Preço do aço apresentou menor nível de reajustes que no ano anterior, mas permaneceu em patamar elevado;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Maior custo de mão-de-obra, em função do aumento do dissídio, pelo avanço da inflação;
- Adoção do CPC 47¹, que reduziu em R\$ 55,4 milhões a receita da Companhia, impactando 0,4 p.p. na representatividade do CPV;
- Compras estratégicas de matérias-primas ao longo do ano para mitigar o impacto da inflação e garantir o abastecimento.

> **Lucro Bruto Consolidado:** o avanço do lucro bruto é refletido principalmente pelo crescimento das receitas, já explicado anteriormente. No entanto, as pressões inflacionárias, aliadas à um ambiente competitivo mais acirrado e a adoção do CPC 47¹, impactaram em redução na margem bruta ano contra ano.

> **Receitas e Despesas Operacionais:** As receitas e despesas operacionais apresentaram evolução com relação à 2021, principalmente por fatores como retomada das viagens e feiras, adição das despesas de novas operações, consultoria para a constituição e aquisição de empresas, baixas de ativos obsoletos e ajustes na estrutura administrativa realizados nas verticais.

A adoção do CPC 47¹ beneficiou a linha de despesas com vendas em R\$ 86,7 milhões, em função da reversão das comissões sobre vendas e provisão de devedores duvidosos.

Além disso, tivemos efeitos não recorrentes em ambos os anos, cujos valores estão detalhados abaixo:

Não recorrentes	2022	2021	Δ%
(+) Ganho de processo tributário	14,0	23,1	-39,4%
(+) Impairment nas controladas indiretas	0,0	22,7	-100,0%
(-) Atualização da combinação de negócios	-13,2	-35,3	-62,6%
(-) Provisão para contingência referente ao ganho de processo tributário da Jurid	-5,6	0,0	0,0%
(-) Impairment nas controladas indiretas	-0,7	0,0	0,0%
(-) Expectativa de recuperabilidade do plano de previdência	0,0	-2,0	-100,0%
(-) Provisão de passivo trabalhista	0,0	-19,4	-100,0%
Impacto Não Recorrentes	-5,5	-10,9	-49,5%

R\$ Milhões

> **Resultado Financeiro:** Companhia somou R\$ 370,3 milhões negativos de resultado financeiro ao final de 2022, aumento de 248,7% sobre o resultado obtido no mesmo período de 2021 (R\$ 106,2 milhões negativos).

Seguem abaixo alguns destaques que afetaram este indicador:

- Taxa Selic com aumentos consecutivos nos últimos 12 meses, passando de 9,25% a.a. para 13,75% a.a., acarretando acréscimo expressivo nos juros pagos sobre financiamentos vinculados ao CDI, também visto em 2021;
- Efeito positivo da correção monetária (IAS 29 – Hiperinflação Argentina) das controladas situadas na Argentina em 2022 e 2021;
- Aumento das despesas com variação cambial devido à desvalorização do dólar frente ao real.

	2022	2021	Δ%
Receitas financeiras	709.834	413.009	71,9%
Despesas financeiras	-1.162.179	-574.664	102,2%
Ajuste correção monetária (IAS 29)	82.044	55.473	47,9%
Resultado financeiro	-370.301	-106.182	248,7%

Valores em R\$ Mil

> **Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício:** O lucro líquido consolidado obtido pela Companhia em 2022 foi de R\$ 471,7 milhões.

A queda observada no comparativo anual refere-se principalmente ao reconhecimento de créditos tributários não recorrentes em 2021, que afetam a base de comparação.

¹ Em 27 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil fundamentou proposta de edição de instrução normativa que estabelece princípios gerais para o reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis alinhados aos Pronunciamentos Técnicos quanto a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00), Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01), Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23), Mensuração do Valor Justo (CPC 46) e Receita de Contrato com Cliente (CPC 47). A norma é direcionada às administradoras de consórcios e às instituições de pagamento autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Esta Instrução Normativa é prospectiva e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022. A norma regulamenta a contabilização de receitas e despesas por regime de competência e não mais caixa, como era realizado até 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2.Os diretores devem comentar:

a.resultados das operações do emissor, em especial:

Informamos que nossas operações estão distribuídas em 5 verticais de negócio: Montadora, Autopeças, Controle de Movimentos, Serviços Financeiros e Digitais e Tecnologia Avançada e *Headquarter*.

Cada vertical atua nos seguintes segmentos:

- 1) **Montadora:** produção e venda de semirreboques, carrocerias sobre chassi, vagões ferroviários, bem como suas peças de reposição, no Brasil e no exterior.
- 2) **Autopeças:** fabricação de autopeças para veículos comerciais, como freios, sistemas de acoplamento, fundidos, eixos e suspensões, vendidos especialmente para os mercados de montadoras de caminhões, agrícola e de reposição.
- 3) **Controle de Movimentos:** produção de materiais de fricção, componentes para sistemas de freio, suspensão, direção e powertrain, dentre outros itens relacionados ao sistema de frenagem de veículos comerciais e leves, para o Brasil e exterior.
- 4) **Serviços Financeiros e Digitais:** tem foco na oferta de soluções de crédito e de serviços que facilitem o dia a dia dos clientes, fornecedores e dos distribuidores da Randoncorp.
- 5) **Tecnologia Avançada e Headquarter:** fabricação e comercialização de células robotizadas, automação industrial, desenvolvimento e homologação de produtos para a indústria da mobilidade, produção e beneficiamento de materiais por meio de nanotecnologia.

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita e ii.fatores que afetaram materialmente os resultados

A análise abaixo considera o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1. MACROECONOMIA

A receita da Companhia foi afetada pelo contexto macroeconômico brasileiro ao longo de 2022, com destaque para:

- > Aumento de inflação, que exigiu repasses nos preços de venda para mitigar os efeitos nas margens;
- > Taxas de juros em elevação, que impactou o mercado dependente de crédito para o financiamento de bens de capital;
- > Boa performance do agronegócio, tanto no Brasil quanto nos países da América do Sul, com safra recorde de grãos.

2. MERCADO

Os mercados de atuação da Companhia, que estão em sua maior parte conectados com a produção de caminhões e

		2022	2021	Δ%
Produção	Caminhões ¹	161.816	158.810	1,9%
	Semirreboques ²	88.537	95.387	-7,2%
Vendas Brasil	Caminhões ¹	126.642	128.679	-1,6%
	Semirreboques ²	82.837	90.323	-8,3%
Exportações	Caminhões ¹	25.455	22.699	12,1%
	Semirreboques ³	5.700	5.064	12,6%
Frota Circulante ⁴	Caminhões	2.022.443	1.987.899	1,7%
	Semirreboques	856.142	804.311	6,4%
	Veículos Leves ⁵	60.461.931	59.868.942	1,0%

¹ Anfavea

² Anfr

³ Anfr + Aliceweb

⁴ Projeções Fraga + Inteligência de Mercado Empresas Randon

⁵ Automóveis, Comerciais Leves e Motocicletas

Volumes em unidades

de semirreboques, além da reposição de peças para a frota circulante, encerraram 2022 com bons níveis.

- > Volumes de produção e vendas similares aos de 2021, em patamar robusto e consistente;
- > Aumento nas exportações com destaque para a entrada no mercado norte-americano;
- > Mercado secundário aquecido, decorrente da baixa disponibilidade de veículos novos, que exige maior manutenção da frota circulante.

2.2 Resultados operacional e financeiro

3. VOLUMES

VOLUMES	2022	2021	Δ%
Montadora			
Semirreboques Brasil (un.)	24.556	29.039	-15,4%
Semirreboques Mercado Externo (un.)	5.786	4.207	37,5%
Vagões (un.)	342	459	-25,5%
Autopeças			
Freios (un.)	976.063	917.532	6,4%
Sistemas de Acoplamento (un.)	136.305	152.997	-10,9%
Eixos e Suspensões (un.)	185.934	197.377	-5,8%
Fundição e Usinagem (Ton.)	110.070	87.798	25,4%
Controle de Movimentos			
Materiais de Fricção (mil/un.)	98.541	102.053	-3,4%
Componentes para Sistemas de Freio (mil/un.)	8.655	8.497	1,9%
Componentes para Sistemas de Suspensão, Direção e Powertrain (mil/un.)	16.602	15.566	6,6%
Serviços Financeiros e Digitais			
Cotas de Consórcio Vendidas	22.199	16.669	33,2%

- > **Serviços Financeiros e Digitais:** bom momento para o segmento de consórcios, que com a taxa de juros no patamar atual, torna-se uma opção atrativa de financiamento e aumento das cotas vendidas para o segmento agrícola.

4. RECEITA LÍQUIDA

Além dos fatores citados anteriormente, destacamos que a boa performance da receita líquida também se deve à:

- > Novas fontes de receitas por meio de expansão de capacidade produtiva e da aquisição e constituição de

RECEITA LÍQUIDA (R\$ Milhões)	2022	2021	Δ%
Montadora	4.601.293	3.922.228	17,3%
Autopeças	4.145.356	3.252.202	27,5%
Controle de Movimentos	3.058.171	2.582.166	18,4%
Serviços Financeiros e Digitais	447.368	305.542	46,4%
Tecnologia Avançada e <i>Headquarter</i>	155.524	118.734	31,0%
(-) Eliminações	- 1.255.295	- 1.123.415	11,7%
Receita Líquida Consolidada	11.152.417	9.057.457	23,1%

empresas;

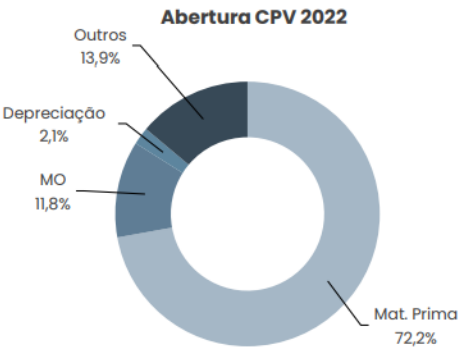
- > Impacto da adoção do CPC 47¹ com reversão de R\$ 55,4 milhões nas receitas da Vertical Serviços Financeiros e Digitais;

- > Modelo diversificado de negócios, com acesso a novas geografias, aumento de portfólio, conquista de novos clientes e oferta de produtos inovadores e mais sustentáveis.

¹ Em 27 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil fundamentou proposta de edição de instrução normativa que estabelece princípios gerais para o reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis alinhados aos Pronunciamentos Técnicos quanto a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00), Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01), Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23), Mensuração do Valor Justo (CPC 46) e Receita de Contrato com Cliente (CPC 47). A norma é direcionada às administradoras de consórcios e às instituições de pagamento autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Esta Instrução Normativa é prospectiva e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022. A norma regulamenta a contabilização de receitas e despesas por regime de competência e não mais caixa, como era realizado até 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

5. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

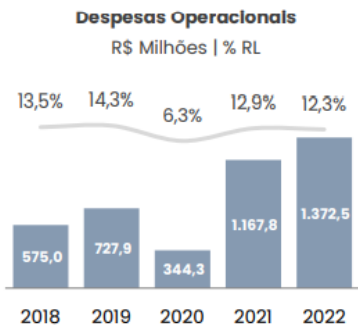


Os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela dinâmica de custos em que a inflação e o nível de demanda de produção para diluição de custos fixos são os fatores que mais afetam este indicador.

Em 2021 e 2022, devido a escassez de insumos e da dinâmica dos mercados após a pandemia, tivemos pressão inflacionária nos preços de algumas matérias-primas e nos custos logísticos. Os insumos que mais tiveram reajuste ao longo destes anos foram aços planos, ferro fundido, rodas, resinas, pneus, molas mecânicas, borrachas e componentes estruturais.

O custo dos produtos vendidos representou 76,5% da receita líquida consolidada em 2022 e 75,0% em 2021.

6. DESPESAS OPERACIONAIS



As despesas operacionais também têm profunda influência no resultado operacional da Companhia, já que atendem por um gama importante de fatores. Alterações no quadro de funcionários, provisões, contratos, comissões sobre vendas, dentre outros, são fatores que podem impactar as despesas operacionais.

Em 2022, as despesas operacionais somaram R\$ 1,4 bilhão, distribuídos em despesas administrativas, comerciais e operacionais. No gráfico ao lado, é possível observar a representatividade desse indicador ao longo dos últimos anos. Cabe ressaltar que este número só não foi melhor que 2020, pois naquele ano tivemos receitas não recorrentes relevantes, que impactaram positivamente esse indicador.

Nesse ano, a Companhia teve não recorrentes, que afetaram negativamente esse indicador em R\$ 5,5 milhões, conforme abaixo:

Não recorrentes	2022	2021	Δ%
(+) Ganho de processo tributário	14,0	23,1	-39,4%
(+) Impairment nas controladas indiretas	0,0	22,7	-100,0%
(-) Atualização da combinação de negócios	-13,2	-35,3	-62,6%
(-) Provisão para contingência referente ao ganho de processo tributário da Jurid	-5,6	0,0	0,0%
(-) Impairment nas controladas indiretas	-0,7	0,0	0,0%
(-) Expectativa de recuperabilidade do plano de previdência	0,0	-2,0	-100,0%
(-) Provisão de passivo trabalhista	0,0	-19,4	-100,0%
Impacto Não Recorrentes	-5,5	-10,9	-49,5%

R\$ Milhões

Além de reversão das receitas, destacamos que a adoção do CPC 47¹, também impactou as despesas operacionais pois acarretou provisão para devedores duvidosos e reversão de comissões sobre vendas, com impacto de R\$ 86,7 milhões, pela nova regra de diferimento.

¹ Em 27 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil fundamentou proposta de edição de instrução normativa que estabelece princípios gerais para o reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis alinhados aos Pronunciamentos Técnicos quanto a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00), Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01), Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23), Mensuração do Valor Justo (CPC 46) e Receita de Contrato com Cliente (CPC 47). A norma é direcionada às administradoras de consórcios e às instituições de pagamento autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Esta Instrução Normativa é prospectiva e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022. A norma regulamenta a contabilização de receitas e despesas por regime de competência e não mais caixa, como era realizado até 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

	2022	2021	Δ%
Receitas financeiras	709.834	413.009	71,9%
Despesas financeiras	-1.162.179	-574.664	102,2%
Ajuste correção monetária (IAS 29)	82.044	55.473	47,9%
Resultado financeiro	-370.301	-106.182	248,7%

Valores em R\$ Mil

comparativo.

8. RESULTADO LÍQUIDO

A Companhia obteve lucro líquido de R\$ 471,7 milhões em 2022, redução expressiva diante do lucro obtido em 2021 (R\$ 697,9 milhões). Esta queda é explicada principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários não recorrentes registrados em 2021.

Além de todos os fatores já mencionados nos itens anteriores, que impactaram a lucratividade da Companhia no exercício, destacamos:

	2022	2021	Δ%
EBIT	1.252.256	1.100.515	13,8%
Resultado Financeiro	-370.301	-106.182	248,7%
Resultado Operacional	881.955	994.333	-11,3%
IR e CSSL	-216.205	-110.151	96,3%
Operação Descontinuada	652	529	23,2%
Minoritários	-194.683	-186.836	4,2%
Lucro Líquido	471.719	697.876	-32,4%
Margem Líquida (%)	4,2%	7,7%	-3,5 p.p.
ROE (últimos 12 meses)	18,7%	33,9%	-15,2 p.p.

Valores em R\$ Mil

Devido aos aumentos consecutivos da taxa SELIC tivemos um crescimento expressivo nas despesas com juros sobre financiamentos vinculados ao CDI pagos em 2022.

Além disso, a desvalorização do dólar frente ao real também impactou negativamente este indicador no

> Reconhecimento de imposto diferido de R\$ 8,6 milhões, beneficiando o resultado (R\$ 13,1 milhões em 2021);

> Impacto líquido positivo da adoção do CPC 47¹ (R\$ 19,0 milhões), considerando efeitos de impostos.

b.variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

> Produtos:

Seguem abaixo os principais destaques de 2022:

1. **Semirreboques** – incremento das exportações com entrada no mercado norte-americano e pela aquisição da empresa *Hercules Enterprises* na vertical Montadora;
2. **Articulação para ônibus (Bus Link)** – começo da produção de articulações para ônibus, ampliando o portfólio da controlada JOST e sendo uma nova fonte de receita da vertical Autopeças;
3. **Eixos e Suspensões** - início das vendas do e-Sys, sistema de tração elétrico, que oferece inúmeros benefícios aos transportadores, como economia de combustível de até 25% e redução na emissão de gases poluentes, e que tende a ganhar relevância na vertical Autopeças em longo prazo.
4. **Amortecedores** – nova planta de amortecedores da Nakata, empresa da vertical Controle de Movimentos, permitiu maior capacidade de entrega e aumento de participação de mercado neste produto.
5. **Smart Composites** – a controlada Fras-le, também da vertical Controle de Movimentos, desenvolveu em 2021 uma linha de produtos com materiais inteligentes, que conferem uma série de benefícios aos clientes, como durabilidade e redução de peso, e em 2022, conquistou novo cliente para o fornecimento de produtos neste conceito.
6. **Cotas de consórcios** - recorde nas vendas de cotas de consórcios, com crescimento de 33,2% em relação a 2021, beneficiadas pelo agronegócio e pela alta taxa de juros, que torna essa modalidade de financiamento mais atrativa, com incremento de receita relevante na vertical Serviços Financeiros e Digitais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

- **Volumes:** realizamos aumento de capacidade produtiva, tanto por operação de aquisições de novas empresas como por investimentos orgânicos e reorganizações fabris. Isso nos permitiu ampliar volumes em algumas linhas e ganhar participação de mercado. Os volumes fabricados por tipo de produto, podem ser observados no item 2.2 – a – i. – 3.
- **Preços:** ao longo do ano foram realizados reajustes de preço para repasse de inflação na maior parte dos produtos da Companhia. O maior desafio consiste em capturar ganhos nas compras de insumos e no processo produtivo, para a manutenção das margens.
- **Câmbio:** o câmbio se manteve favorável às exportações, porém, alguns países tem encontrado dificuldades para importação por crises políticas e econômicas, pelo aumento da inflação global e dos custos logísticos, em especial dos fretes marítimos. Porém, estes fatores negativos não impediram que tivéssemos avanços significativos nas receitas internacionais.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

- **Inflação:** a dinâmica da inflação tem impacto direto no resultado operacional da Companhia, com reflexo em salários e nos preços dos insumos produtivos e materiais de uso consumo. Repassar os aumentos de inflação no preço dos produtos vendidos nem sempre é possível de ser realizado na totalidade. O mercado automotivo foi um dos que mais sentiu os efeitos da inflação nos últimos anos, em especial pelo aumento do preço do aço em 2021, que passou por estabilização em 2022.
- **Taxa de juros:** impacta as vendas, pois o mercado é bastante dependente de financiamento e crédito, e o resultado financeiro da Companhia foi afetado pelos aumentos da taxa Selic realizados ao longo de 2022, pois grande parte da dívida da Companhia é atrelada a este indicador. Mais detalhes podem ser obtidos no item 2.1.
- **Câmbio:** a Companhia adota uma política de monitoramento da exposição cambial e quando necessário faz uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição a moeda estrangeira. Mantemos uma posição ativa em moeda estrangeira, dado que exportamos mais que importamos. Em 2021, a taxa do Real por Dólar ao final do exercício, foi de R\$ 5,5805, enquanto em 2022 o valor era de R\$ 5,2177, no mesmo período, e com isso, o comparativo anual foi impactado pela valorização cambial.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

> **Aplicação inicial – Revisão CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

A Companhia realizou a aplicação inicial da revisão do CPC 25 (IAS 37) que incluiu e alterou os parágrafos relacionados a provisão para contratos onerosos.

A Companhia definiu como prática contábil a provisão para contratos onerosos quando os custos para cumprimento do contrato excederem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. O custo de cumprimento de contrato compreende os custos que se relacionam diretamente com o contrato, incluindo os custos incrementais de cumprimento deste contrato e outros custos relacionados. Quando identificado que um contrato é oneroso, a Companhia constitui uma provisão usando como estimativa os custos históricos incorridos em contratos da mesma natureza que também superaram os benefícios econômicos.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo reconhecido pela Companhia é de R\$ 387 mil no patrimônio líquido, como ajuste de saldo inicial, decorrente da aplicação inicial desta norma, conforme orientações da Revisão CPC 19, aprovada pelo CPC em 1º de outubro de 2021.

> **Instrução Normativa Banco Central do Brasil - BCB Nº 208**

Em 15 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil fundamentou proposta de edição de instrução normativa que cria contas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para registro dos recursos não procurados dos grupos de consórcio encerrados após a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, bem como para o registro da aplicação desses recursos. Esta Instrução Normativa é prospectiva e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

A proposta de ato normativo visou a atualização do plano do Cosif, a fim de dar cumprimento ao disposto na Resolução BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021, que estabelece, no seu art. 4º, inciso III, que, na data do encerramento do grupo, sejam registrados nas adequadas contas de compensação da administradora os valores relativos a recursos não procurados. Esse dispositivo aplica-se somente aos recursos não procurados constituídos antes da vigência da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008. Já aqueles relativos a grupos constituídos anteriormente a referida Lei, permanecem registrados no balanço da administradora.

Com a aplicação da norma por parte da controlada Randon Administradora de Consórcios Ltda, a Companhia apresentou saldo consolidado, em 31 de dezembro de 2022, de Direitos por recurso de consórcio no montante de R\$ 2,7 milhões (R\$ 79,6 milhões em 31 de dezembro de 2021) e Obrigações por recurso de consorciados no montante de R\$ 2,7 milhões (R\$ 79,4 milhões em 31 de dezembro de 2021).

> **Instrução Normativa Banco Central do Brasil - BCB Nº 120/21**

Em 27 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil fundamentou proposta de edição de instrução normativa que estabelece princípios gerais para o reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis alinhados aos Pronunciamentos Técnicos quanto a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00), Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01), Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23), Mensuração do Valor Justo (CPC 46) e Receita de Contrato com Cliente (CPC 47). A norma é direcionada às administradoras de consórcios e às instituições de pagamento autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Esta Instrução Normativa é prospectiva e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

Com a aplicação da norma por parte da controlada Randon Administradora de Consórcios Ltda, a Companhia apresentou saldo consolidado, em 31 de dezembro de 2022, de Ativos acrescidos de R\$ 96,6 milhões, principalmente de

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

despesas antecipadas de comissões e Passivos acrescidos de R\$ 65,3 milhões, principalmente referente a reconhecimento de receitas diferidas. Na demonstração dos resultados, o impacto ocorreu principalmente nas receitas em uma redução de R\$ 55,4 milhões e em despesas de vendas com redução de R\$ 88,5 milhões referentes as comissões e aumento de R\$ 1,8 milhão na provisão para perdas de crédito esperadas. O impacto líquido no resultado do exercício foi de R\$ 31,3 milhões.

Não existem outras normas ou interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 que tivessem impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve efeito significativo referente a alterações nas práticas contábeis.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

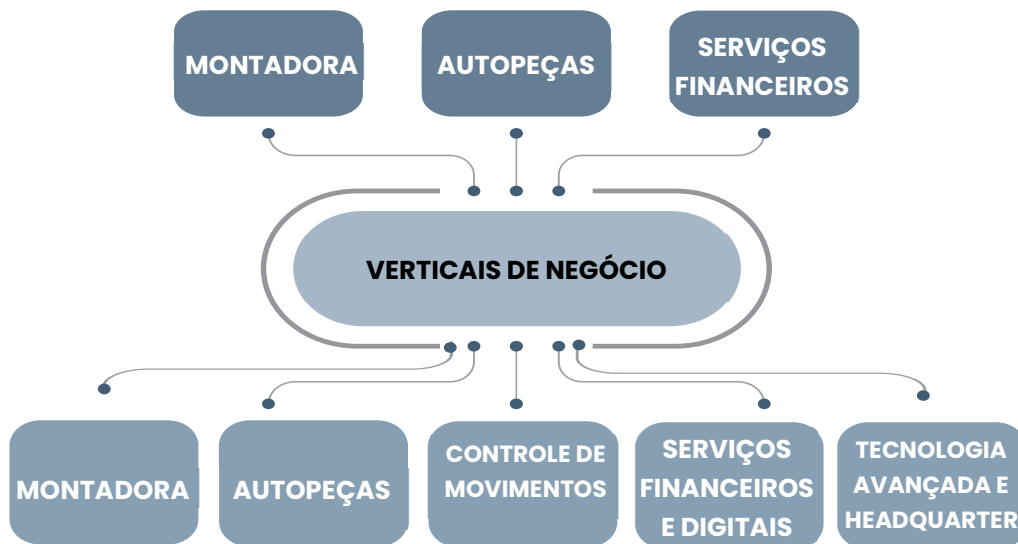
A Companhia não possui opiniões modificadas, ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a.introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mudou a forma de divulgar seus resultados, conforme quadro abaixo:



O crescimento acelerado da Randoncorp nos últimos anos, adquirindo e constituindo empresas, acessando novos mercados e geografias, ampliando seu portfólio e focando ainda mais na diversificação dos negócios, tem permitido a Companhia atingir patamares recordes de faturamento e lucratividade.

Para tornar a empresa mais ágil na tomada de decisão e ainda mais focada em cada um de seus negócios, ao longo dos últimos anos, aprimoramos nosso modelo de gestão e planejamos movimentos importantes como parte desta evolução.

Esta mudança não alterou os números consolidados, sendo apenas uma reorganização da forma de apresentação dos resultados por verticais e no formato de gestão da Companhia.

b.constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2022 realizamos as seguintes constituições, aquisições e/ou alienações de participação societária:

> **Constituições:**

1. **Randon HoldCo USA LLC:** subsidiária localizada no estado de Delaware, Estados Unidos da América, cujo objeto social é a participação no capital de outras sociedades, com foco de atuação no mercado norte-americano.
2. **Randon Serviços e Participações:** constituída para realizar investimentos e M&As na vertical Serviços Financeiros e Digitais, sendo um deles a constituição da Addiante, joint venture com a Gerdau Next S.A.
3. **Castertech Mogi:** a Companhia arrematou em leilão judicial ocorrido no dia 04 de novembro de 2022, por meio de sua controlada Castertech Araraquara Ltda., a Unidade Produtiva Isolada Mogi ("UPI Mogi"), localizada em Mogi Guaçu (SP), de titularidade da Fundação Balancins Ltda. em recuperação judicial. A aquisição envolveu os ativos da UPI Mogi, sem qualquer sucessão de dívidas e contingências, e foi adquirida pelo valor total de R\$ 40 milhões.

Os ativos adquiridos foram registrados pelo valor de aquisição e como ativos na controlada Castertech Araraquara Ltda., que terá sua localidade transferida para a cidade de Mogi Guaçu, São Paulo.

O objetivo da aquisição é aumentar a capacidade instalada de fundidos e usinados, ampliando a atuação nesse

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

mercado, que está em franco crescimento, impulsionado pelos setores automotivo e do agronegócio. O início das operações está previsto para 2024.

4. **Addiante S.A.:** *joint venture* com a Gerdau Next S.A., com participação societária da Companhia de 50%, para atuar na prestação de serviços de locação de caminhões, semirreboques e máquinas das linhas verde e amarela, ampliando a atuação da Randoncorp no mercado de serviços, com oferta de soluções completas no ecossistema da mobilidade.

> Aquisições:

1. **Hercules Enterprises LLC:**

Em 07 de julho de 2022, a Companhia informou, por meio de Fato Relevante, que a controlada Randon HoldCo USA LLC ("HoldCo") celebrou o Contrato de Compra e Venda / Membership Interest Purchase Agreement ("MIPA") com objetivo de adquirir a totalidade da participação societária / membership interests da sociedade Hercules Enterprise, LLC, que desenvolve atividades de fabricação de reboques e semirreboques localizada no Estado de New Jersey, Estados Unidos da América.

O principal objetivo da Companhia com a operação é ampliar sua atuação no mercado internacional de implementos rodoviários em linha com seus norteadores estratégicos.

O fechamento do negócio ocorreu efetivamente em 1º de novembro de 2022, após o cumprimento de todas as condições precedentes constantes no Contrato de Compra e Venda, não estando sujeita à aprovação por órgãos de defesa da concorrência em qualquer jurisdição.

> Aumento de participação societária:

1. **Fras-le S/A:**

Em 30 de março de 2022, a Companhia publicou fato relevante com a aprovação pelo Conselho da Administração do exercício de direito de prioridade no âmbito da realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da controlada Fras-le S.A., mediante subscrição e integralização de Ações em quantidade que garantisse que a participação da Companhia após a Oferta Restrita fosse de, no mínimo, 50,10% das ações ordinárias da Fras-Le, respeitado o limite de subscrição proporcional.

A liquidalção da oferta ocorreu em 12 de abril de 2022 e a participação da Companhia na controlada Fras-le S.A. passou a ser de 52,57%, com a aquisição de 30.648 milhões de ações.

2. **Auttom:**

Em 18 de novembro de 2022, a Companhia adquiriu os 20% das quotas remanescentes do capital social da Auttom Automação e Robótica Ltda., passando, assim a deter, a totalidade do capital da empresa. Os 80% detidos até então haviam sido adquiridos em 14 de abril de 2021.

O principal objetivo é ampliar e acelerar o processo de transformação industrial, em linha com a estratégia de atualização tecnológica da Randoncorp.

c. eventos ou operações não usuais

> **Participação em Oferta de Ações da Controlada Fras-le (Follow On):**

Em 30 de março de 2022, a Companhia publicou fato relevante com a aprovação pelo Conselho da Administração do exercício de direito de prioridade no âmbito da realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da controlada Fras-le S.A., mediante subscrição e integralização de ações em quantidade que garantisse que a participação da Companhia após a Oferta Restrita fosse de, no mínimo, 50,10% das ações ordinárias da Fras-Le, respeitado o limite de subscrição proporcional.

A Oferta pública consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias, com esforços restritos de colocação, com emissão de 52.540 milhões de novas ações primárias e 10.684 milhões de ações de titularidade dos acionistas vendedores e foi realizada no Brasil e no exterior por intermédio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Colocação Internacional.

A liquidação da oferta na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ocorreu em 12 de abril de 2022, pelo preço por ação de R\$ 12,00, totalizando a emissão de 52.450 milhões de ações e um efetivo aumento de capital total na Fras-le de R\$ 629,4 milhões. A participação da Companhia na controlada Fras-le S.A. passou a ser de 52,57%, com a aquisição de 30.648 milhões de ações. O novo capital social da controlada passa a ser de R\$ 1.229.400 milhões, dividido em 270.016 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

> **Covid-19:**

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus ("COVID-19") originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem.

Em março de 2020, a OMS classificou o surto como uma pandemia, permanecendo esta classificação vigente ao longo do exercício de 2022, em que algumas operações da Companhia foram impactadas, principalmente a unidade da controlada Fras-le, na China.

No entanto, a Administração entende que as demonstrações financeiras da Companhia não apresentaram impactos relevantes em decorrência da COVID-19 durante o exercício. A Companhia não identificou riscos à continuidade de seus negócios e às estimativas e julgamentos contábeis.

> **Recompra de ações:**

Em 17 de dezembro de 2021, foi aprovado programa de recompra, com duração de 18 meses, podendo a Companhia adquirir até 5 milhões de ações preferenciais (RAPT4), escriturais e sem valor nominal, representativas de 2,847% das ações.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou recompra de 1.036.910 ações, no montante aproximado de R\$ 10,0 milhões. O programa de recompra tem vigência até 19 de junho de 2023.

> **Impactos Processos tributários:**

i) Pis e Cofins – exclusão de ICMS na base de cálculo:

No exercício de 2021, a controlada Randon Implementos para o Transporte obteve o trânsito em julgado em 17 de novembro de 2021, no montante total de R\$ 26,9 milhões, sendo R\$ 20,2 milhões de principal, reconhecidos na rubrica de outras receitas operacionais e R\$ 6,7 milhões de atualização pela SELIC, reconhecidos no resultado financeiro, em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo no ativo oriundo da ação era de R\$ 395,9 milhões na controladora e R\$ 419,2 milhões no consolidado. A expectativa da Administração é de utilização integral desses créditos fiscais em até 4 (quatro) anos. Desde o reconhecimento inicial do ativo até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram compensados os valores consolidados de R\$ 568,4 milhões.

Além disso, atinente ao trânsito em julgado da presente ação referente a controlada indireta Freios Controil, a Companhia registrou, na rubrica de outras exigibilidades, o valor do ganho apurado relativo ao período de 1994 a 2011, a ser repassado aos antigos sócios no momento da compensação dos créditos, oriundos de uma obrigação contratual, vinculada ao momento da aquisição desta empresa. O valor a pagar em 31 de dezembro de 2022 era de R\$1,0 milhão.

ii) Pis e Cofins – crédito na aquisição de sucatas:

Em 10 de novembro de 2022, a controlada Castertech obteve êxito em ação judicial reconhecendo o direito de excluir da base de cálculo do PIS e da COFINS os valores desembolsados com a aquisição de insumos reaproveitados, declarando-se a inconstitucionalidade das vedações previstas nos artigos 47 e 48 da Lei 11.906/05. Com base na decisão a controlada tem o direito de compensar as quantias pagas indevidamente do período de 1º de julho de 2016 a 31 de outubro de 2022, decorrente de Mandado de Segurança, impetrado em 30 de junho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Castertech registrou o montante de R\$ 15,2 milhões no resultado do exercício.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

> EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com a medida contábil (lucro líquido) apresentadas nas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização ("EBITDA").

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida ("Margem EBITDA"). O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicadores de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com o BRGAAP ou o IFRS. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes. A avaliação e decisão sobre os itens que serão considerados no ajuste do EBITDA seguem critérios estabelecidos em uma "árvore de decisão" elaborada pela Companhia, que busca tornar o processo mais objetivo e criterioso, ampliando a governança e a transparência das informações para o mercado. A seguir, estão elencados os pontos considerados para a tomada de decisão, ressaltando que cada "questionamento" leva a uma conclusão ou sequência dentro do fluxo:

- > Tende a se repetir?
- > É operacional?
- > Tem orientação contábil para ser não recorrente?
- > É uma mudança de critério contábil?
- > A soma é material? (por material considera-se impacto maior que 2,5% do EBITDA de cada vertical de negócio)
- > Se refere apenas ao exercício vigente?

Mesmo com a preocupação da Companhia em trazer informações pertinentes e mais objetivas ao processo de definição sobre o EBITDA Ajustado, esta métrica apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, não devendo ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens não recorrentes.

2.5 Medições não contábeis

A Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida ajustada, se for o caso. Assim como a Margem EBITDA, este indicador também não é uma medida reconhecida dentre as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Além disso, não possui um significado padrão e não é comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia, mas não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não sendo, portanto, medidas de lucratividade, desempenho operacional ou liquidez definidas pelo BRGAAP nem pelas IFRS. Adicionalmente, o EBITDA e o EBITDA Ajustado não representam os fluxos de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos ou alternativas ao lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

IFRS	2022	2021	Δ%
EBITDA ¹ (R\$ milhões)	1.504.964	1.326.464	13,5%
Margem EBITDA % ²	13,5%	14,6%	-1,2 p.p.
EBITDA Ajustado ³ (R\$ milhões)	1.510.443	1.337.376	12,9%
Margem EBITDA Ajustada ⁴	13,5%	14,8%	-1,2 p.p.
Endividamento Financeiro Líquido / EBITDA (múltiplo) ⁵	1,94 x	1,92 x	1,5%

1 EBITDA corresponde ao resultado operacional acrescido da depreciação e amortização.

2 A Margem EBITDA é uma porcentagem resultante da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

3 Calcula-se o EBITDA Ajustado devolvendo ao EBITDA as despesas e receitas consideradas não recorrentes.

4 Margem EBITDA Ajustada é uma porcentagem resultante da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

5 Alavancagem financeira, calculada dividindo o Endividamento Financeiro Líquido Consolidado pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

> Dívida Bruta, Dívida Líquida e Alavancagem Financeira

A dívida bruta é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, é composta por empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), instrumentos financeiros – passivo (circulante e não circulante), débitos com empresas ligadas e contas a pagar por combinação de negócios.

A dívida líquida é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde à dívida bruta deduzida de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras de liquidez não imediata (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros – ativo.

A alavancagem financeira corresponde à dívida líquida da Companhia, dividida pelo EBITDA dos últimos doze meses.

Os três indicadores acima são consolidados, e não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou no *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possuindo um significado padrão e podendo não ser comparáveis à dívida líquida, dívida bruta e alavancagem financeira elaboradas por outras empresas. Os três indicadores acima mencionados apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto indicador de liquidez, desempenho. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

2.5 Medições não contábeis

Dívida bruta, dívida líquida e alavancagem financeira não possuem significado padrão e outras sociedades, inclusive companhias fechadas, podem adotar conceitos distintos para estes indicadores, portanto, nossa apresentação pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias.

Seguem abaixo os valores da dívida bruta, dívida líquida e alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

IFRS (R\$ mil)	2022	2021	Δ%
Dívida Bruta ¹	6.144.084	4.839.669	27,0%
Dívida Líquida ²	2.925.301	2.542.175	15,1%
Alavancagem financeira ³	1,94 x	1,92 x	1,5%

1 Dívida Bruta corresponde aos empréstimos e financiamentos da Companhia, somados aos instrumentos financeiros do passivo patrimonial, débitos com empresas ligadas e contas a pagar por combinações de negócios.

2 Dívida líquida é a dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos financeiros do ativo patrimonial.

3 Alavancagem financeira é a é calculado pela divisão entre dívida líquida consolidada com o EBITDA Consolidado dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a reconciliação do lucro líquido do exercício para o EBITDA e do EBITDA para o EBITDA Ajustado, bem como os cálculos da Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado (todos já explicados na letra "a"), para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Reconciliação do lucro líquido consolidado para o EBITDA e EBITDA Ajustado R\$ mil (exceto %)			
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2022	2021	Δ%
Lucro Líquido	471.719	697.876	-32,4%
Operação Descontinuada	652	529	23,2%
Minoritários	- 194.683	- 186.836	4,2%
IR e CSSL	- 216.205	- 110.151	96,3%
Resultado Financeiro	- 370.301	- 106.182	248,7%
EBIT	1.252.256	1.100.515	13,8%
Depreciação e Amortização	252.708	225.950	11,8%
EBITDA Consolidado	1.504.964	1.326.464	13,5%
Margem EBITDA (%)	13,5%	14,6%	-1,2 p.p.
Não recorrentes ¹	5.479	10.912	-49,8%
EBITDA Consolidado Ajustado	1.510.443	1.337.376	12,9%
Margem EBITDA Ajustada(%)	13,5%	14,8%	-1,2 p.p.

¹2021

Impairment de Controladas Indiretas (R\$ 22,7 milhões); Impacto líquido dos Ganhos com Processos Tributários (R\$ 23,1 milhões); Expectativa de Recuperabilidade do Plano de Previdência (R\$ 2,0 milhões); Provisão de Passivo Trabalhista (R\$ 19,4 milhões); Atualização da Combinação de Negócios (R\$ 35,3 milhões).

¹2022

Atualização da combinação de negócios da Castertech Indaiatuba² (R\$ 3,0 milhões); Ganho de processo tributário da Castertech (R\$ 14,0 milhões); Atualização da combinação de negócios da Nakata² (R\$ 16,2 milhões); Provisão para contingência referente ao ganho de processo tributário da Jurid³ (R\$ 5,6 milhões) e Impairment nas controladas indiretas Fras-le North America e Eurobrakes⁴ (R\$ 715,3 mil).

A tabela abaixo, por sua vez, apresenta a reconciliação da dívida bruta, da dívida líquida e alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2.5 Medições não contábeis

Reconciliação das dívidas bruta e líquida e da alavancagem financeira – em R\$ mil			
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2022	2021	Δ%
(-) Disponibilidades Consolidadas	3.218.784	2.297.494	40,1%
(+) Instituições financeiras	5.417.678	4.522.417	19,8%
(+) Operações com derivativos	4.245	3.357	26,5%
(+) Captação de recursos de terceiros	354.575	114.352	210,1%
(+) Débitos com empresas ligadas	6.423	12.609	-49,1%
(+) Contas a pagar por combinação de negócios	361.164	186.934	93,2%
(+) Dívida Bruta	6.144.085	4.839.669	27,0%
(=) Dívida Líquida	2.925.301	2.542.175	15,1%
EBITDA	1.504.964	1.326.464	0,1 p.p.
Alavancagem Financeira	1,94	1,92	1,0%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

As medidas não contábeis descritas abaixo são amplamente utilizadas pelo mercado e possibilitam aos investidores acompanhar o desempenho financeiro da Companhia.

➤ **EBITDA e Margem EBITDA**

O EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. Não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Além disso, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicadores de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. Também não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia elabora e divulga o EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser importante sua inclusão no Formulário de Referência. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, na medida em que não considera determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que podem afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras e despesas com amortização e depreciação. Dessa forma, o EBITDA não deve ser considerado isoladamente.

➤ **EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada**

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são divulgados pela Companhia para evidenciar qual seria o resultado dos indicadores EBITDA e Margem EBITDA caso determinadas receitas e despesas, consideradas pontuais e atípicas aos resultados da Companhia, não tivessem ocorrido. Esse indicador permite uma melhor compreensão do desempenho operacional e financeiro da Companhia, no entanto não é uma medida estabelecida de acordo com as práticas contábeis vigentes adotadas no Brasil e pode ser definido e calculado de maneira diversa por outras empresas.

2.5 Medições não contábeis

> Dívida bruta, dívida líquida e alavancagem financeira

A Companhia considera a dívida bruta e dívida líquida, medidas práticas para aferir a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para nosso capital de giro. A dívida bruta e dívida líquida não são consideradas medidas de desempenho financeiro pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e não possuem significado padrão, nem definição comparável a outras Companhias.

A Companhia considera a alavancagem financeira, em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para nosso capital de giro. Este índice também não é considerado uma medida de desempenho financeiro pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não possui significado padrão, nem definição comparável a outras Companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

> **Aquisição AML Juratek Limited:** Conforme comunicado ao mercado de 16 de fevereiro de 2023, a Companhia informou que sua controlada Fras-le S.A., por meio da Fras-le Europe B.V., localizada na Holanda, celebrou contrato de compra e venda da totalidade das ações da AML Juratek Limited., com sede em Doncaster, Reino Unido. O preço de aquisição foi de £ 18.220 (dezoito milhões e duzentos mil libras), estando o valor final sujeito a ajustes, conforme previsto contratualmente. A Companhia assumirá efetivamente o controle e gestão da empresa adquirida, após o cumprimento das condições precedentes.

> **Aquisição DBServer Assessoria em Sistemas de Informação Ltda:** A Companhia celebrou, na data de 16 de dezembro de 2022, contrato de compra e venda pela controlada da Companhia, Randon Serviços e Participações Ltda., objetivando adquirir a participação societária de 51% das quotas do capital social da DBServer Assessoria em Sistemas de Informação Ltda. ("DB"), pelo preço estimado de R\$ 23,2 milhões, que poderá ser ajustado na data do fechamento, de acordo com as premissas contratadas. A concretização do negócio ocorrerá após o cumprimento das condições precedentes. O objetivo da aquisição é ampliar o portfólio de soluções digitais e acelerar o processo de digitalização da Randoncorp. A concretização do negócio ocorrerá após o cumprimento das condições precedentes, previstas contratualmente.

> **Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo STF. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Sociedade e suas controladas avaliaram os impactos desta decisão e concluíram que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022	2021	2020
a. regras sobre retenção de lucros	O lucro pode ser retido para constituição de reservas conforme segue: (i) Reserva Legal de 5% do lucro líquido, cujo limite é 20% do capital social; (ii) para a reserva estatutária, Investimento e Capital de Giro, será destinado o saldo que não for distribuído aos acionistas, no limite máximo, somada a Reserva Legal, o valor do capital social; (iii) poderão ser constituídas, ainda, Reservas de Incentivos Fiscais, incentivos estes utilizados para fomentar a atividade Econômica, conforme legislação específica.	O lucro pode ser retido para constituição de reservas conforme segue: (i) Reserva Legal de 5% do lucro líquido, cujo limite é 20% do capital social; (ii) para a reserva estatutária, Investimento e Capital de Giro, será destinado o saldo que não for distribuído aos acionistas, no limite máximo, somada a Reserva Legal, o valor do capital social; (iii) poderão ser constituídas, ainda, Reservas de Incentivos Fiscais, incentivos estes utilizados para fomentar a atividade Econômica, conforme legislação específica.	O lucro pode ser retido para constituição de reservas conforme segue: (i) Reserva Legal de 5% do lucro líquido, cujo limite é 20% do capital social; (ii) para a reserva estatutária, Investimento e Capital de Giro, será destinado o saldo que não for distribuído aos acionistas, no limite máximo, somada a Reserva Legal, o valor do capital social; (iii) poderão ser constituídas, ainda, Reservas de Incentivos Fiscais, incentivos estes utilizados para fomentar a atividade Econômica, conforme legislação específica.
a.i. Valores das retenções de lucros	Lucro líquido: R\$471.719.141,11 (i) Reserva Legal: R\$23.406.449,27 (ii) Reserva Investimento e Capital de Giro: R\$280.693.931,31 (iii) Reserva Incentivos Fiscais: R\$3.590.155,77	Lucro líquido: R\$697.875.664,46 (i) Reserva Legal: R\$34.532.877,15 (ii) Reserva Investimento e Capital de Giro: R\$ 447.724.897,18. (iii) Reserva Incentivos Fiscais: R\$7.218.121,45	Lucro Líquido: R\$664.674.240,89 (i) Reserva Legal: R\$33.233.712,04 (ii) Reserva Investimento e Capital de Giro: R\$428.118.996,16 (iii) Reserva Incentivos Fiscais: R\$ 4.508.759,07
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 5% Reserva Investimento e Capital de Giro: 59,50% Reserva incentivos fiscais: 0,007%	Reserva Legal: 5% Reserva Investimento e Capital de Giro: 64,15% Reserva incentivos fiscais: 1,03%	Reserva Legal: 5% Reserva Investimento e Capital de Giro: 64,41% Reserva Incentivos Fiscais: 0,01%

b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 30% do lucro ajustado, conforme ficar deliberado na Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá:</p> <p>(i) declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, nos termos da LSA; (ii) declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros; e, (iii) creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da lei e imputá-los aos dividendos do exercício.</p> <p>Os dividendos disponibilizados aos acionistas prescrevem em três anos, a partir da data em que foram disponibilizados.</p>	<p>Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 30% do lucro ajustado, conforme ficar deliberado na Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá:</p> <p>(i) declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, nos termos da LSA; (ii) declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros; e, (iii) creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da lei e imputá-los aos dividendos do exercício.</p> <p>Os dividendos disponibilizados aos acionistas prescrevem em três anos, a partir da data em que foram disponibilizados.</p>	<p>Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 30% do lucro ajustado, conforme ficar deliberado na Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá:</p> <p>(i) declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, nos termos da LSA; (ii) declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros; e, (iii) creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da lei e imputá-los aos dividendos do exercício.</p> <p>Os dividendos disponibilizados aos acionistas prescrevem em três anos, a partir da data em que foram disponibilizados.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Os juros sobre o capital próprio foram pagos em agosto de 2022 e janeiro de 2023 e não houve pagamento de dividendos, pois os juros sobre o capital próprio excederam aos dividendos mínimos previstos no Estatuto Social.</p> <p>O pagamento dos dividendos deve ser realizado no prazo de até 60 dias, a contar da data em que forem declarados, exceto quando os acionistas deliberarem em sentido contrário, devendo sempre ocorrer dentro do mesmo exercício social de sua declaração.</p>	<p>Os juros sobre o capital próprio foram pagos em agosto de 2021 e janeiro de 2022; e, os dividendos foram pagos em abril de 2022.</p> <p>O pagamento dos dividendos deve ser realizado no prazo de até 60 dias, a contar da data em que forem declarados, exceto quando os acionistas deliberarem em sentido contrário, devendo sempre ocorrer dentro do mesmo exercício social de sua declaração.</p>	<p>Os juros sobre o capital próprio foram pagos em agosto de 2020 e janeiro de 2021; e, os dividendos foram pagos em abril de 2021.</p> <p>O pagamento dos dividendos deve ser realizado no prazo de até 60 dias, a contar da data em que forem declarados, exceto quando os acionistas deliberarem em sentido contrário, devendo sempre ocorrer dentro do mesmo exercício social de sua declaração.</p>
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há restrições ao pagamento dos dividendos mínimos, exceto nos casos previstos em lei.	Não há restrições ao pagamento dos dividendos mínimos, exceto nos casos previstos em lei.	Não há restrições ao pagamento dos dividendos mínimos, exceto nos casos previstos em lei.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração, em 17/06/2020, que pode ser consultada no website de Relações com Investidores da Companhia - https://ri.randoncorp.com/ - em Governança Corporativa – Estatuto e Políticas.	A Companhia possui Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração, em 17/06/2020, que pode ser consultada no website de Relações com Investidores da Companhia - https://ri.randoncorp.com/ - em Governança Corporativa – Estatuto e Políticas.	A Companhia possui Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração, em 17/06/2020, que pode ser consultada no website de Relações com Investidores da Companhia - https://ri.randoncorp.com/ - em Governança Corporativa – Estatuto e Políticas.
---	---	---	---

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a.os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i.cartelas de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

ii.contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

iii.contratos de construção não terminada

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

iv.contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

b.outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a.como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

b.natureza e o propósito da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

c.natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a.investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Ao longo de 2022, investimos R\$ 1,2 bilhão para tornar a Randoncorp cada vez mais modernas, resilientes, sustentáveis e globais.

Segue abaixo a abertura deste montante por tipo de investimento e seus destaques:

- Capex (R\$ 346,8 milhões): produtividade, modernização e adequações nas fábricas da Vertical Montadora, aumento da capacidade de usinagem na Vertical Autopeças, adição de capacidade produtiva na Fras-le North America (Vertical Controle de Movimentos), implementação de novos softwares na Vertical Serviços Financeiros e Digitais, projetos de infraestrutura de TI no centro corporativo e investimento em usinas fotovoltaicas no CTR e Fras-le China;
- Não orgânicos (R\$ 285,3 milhões): aquisição da Hercules Enterprises (R\$ 258,2 milhões) e parte do valor de aquisição da Castertech Usinagem (R\$ 3,2 milhões), da Master Flores da Cunha (R\$ 2,5 milhões), da Auttom (R\$ 10,9 milhões) e da Nakata (R\$ 10,3 milhões);
- Integralização de capital (R\$ 589,0 milhões): Castertech Schroeder (R\$ 47,9 milhões), Castertech Mogi (R\$ 40,0 milhões), Follow-on Fras-le (R\$ 367,8 milhões), Banco Randon (R\$ 50,0 milhões), Randon Ventures (R\$ 13,5 milhões) e Addiante (R\$ 10,0 milhões).

Além disso, ao longo de 2022, no evento Ambição ESG, realizado em 28 de junho de 2022, anunciamos investimentos de R\$ 100 milhões em energias renováveis até 2030. O primeiro investimento nessa linha foi uma usina de energia fotovoltaica no CTR, no valor de R\$ 7,2 milhões.

Seguem abaixo planilha com a abertura dos investimentos realizados neste exercício:

INVESTIMENTOS - R\$ Mil								
Orgânicos (CAPEX)	Montadoras	Autopeças	Controle de Movimentos	Serviços F&D	Tecnologia Avançada	2022	2021	Δ%
Máquinas	21.207	26.232	26.571	-	1.204	75.214	135.459	-44,5%
Prédios	4.369	6.526	138	-	-	11.033	10.130	8,9%
Veículos	637	254	1.164	-	4	2.059	723	184,8%
Móveis e Utensílios	3.173	1.909	3.809	42	255	9.188	6.660	38,0%
Informática	4.595	3.482	4.519	527	633	13.756	8.214	67,5%
Intangível e Outros	35.241	114.789	70.219	4.312	11.009	235.570	196.942	19,6%
Subtotal	69.222	153.191	106.420	4.881	13.106	346.820	358.128	-3,2%
Não Orgânicos	258.245	5.778	10.361	-	10.947	285.330	84.261	238,6%
Integralização de Capital	31.303	87.863	375.863	74.821	19.200	589.049	144.505	307,6%
Investimentos Totais	358.770	246.832	492.643	79.702	43.253	1.221.200	586.893	108,1%

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de recursos para a financiar os investimentos que a Companhia pretende realizar no curso regular de seus negócios são o caixa operacional e captações de recursos com bancos e, ou, a mercado.

A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito considerando os bons índices de avaliação junto às instituições

2.10 Planos de negócios

financeiras e o bom relacionamento com estas. A classificação de risco da Companhia para 2022, de acordo com o Standard & Poor's para 2022 foi "brAA+", a instituição considera adequado o nível de liquidez da Randoncorp.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Administração optou pelo encerramento das atividades fabris da controlada Randon Peru ao final do ano de 2022. A controlada reconheceu provisão para perdas por impairment no montante de R\$ 1,6 milhão, referente a não recuperabilidade de impostos. Adicionalmente, foi reconhecido o montante de R\$ 2,5 milhões referente a títulos a pagar em aberto com a Controladora, os quais não geram impactos no consolidado.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

> **Aumento de capacidade na produção de vigas:** a filial da Castertech, Suspensys, investiu R\$ 20 milhões, ao longo dos últimos 3 anos, em maquinário que ampliou sua capacidade de produção de vigas para 300 mil unidades por ano, tornando-se um dos maiores parques fabris do mundo, na produção deste tipo de componente.

> **Investimentos em capacidade de usinagem:** A controlada Castertech investiu aproximadamente R\$ 55 milhões em máquinas e equipamentos para ampliar sua capacidade de usinagem nas unidades de Caxias do Sul e Indaiatuba. Além disso, fizeram uma reorganização societária em Schroeder, adicionando uma nova empresa, focada no processo de usinagem. Dessa forma, a empresa garantiu a verticalização dos processos em todas as suas unidades, o que proporciona uma maior capacidade de geração de valor junto aos clientes.

> **Forjaria Robotizada na Master:** A controlada Master ampliou e modernizou a fabricação de componentes do sistema de freio, através de um investimento de R\$ 14 milhões, passando a utilizar automação e robotização nos processos de forjaria e solda, desenvolvido em parceria com a controlada Auttom.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Garantir a sustentabilidade do negócio por meio da inovação contínua, disruptiva e colaborativa, buscando avanços no transporte sustentável de cargas e na cadeia de valor é um dos focos de nossa estratégia.

No ano de 2022, foram investidos R\$ 131,0 milhões em P&DI - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, (R\$ 94,0 milhões em 2021), distribuídos em inovação de produtos, processos e nas megatendências de mobilidade. Além disso, foram registradas 64 patentes durante o exercício.

Foram destaques de inovação em produtos lançados em 2022:

> **Randon Solar:** semirreboque frigorífico conceito, que conta com painéis solares e tecnologia patenteada inédita na América Latina para controle e gerenciamento de energia.

> **Randon Smart:** plataforma própria com sistemas de telemetria e sensoriamento que gera dados para controle e gerenciamento do implemento rodoviário, possibilitando um amplo rastreamento do uso do produto, trazendo mais economia e segurança na operação.

2.10 Planos de negócios

- > **Produtos conceito com nanopartículas de nióbio (*long life*):** cubos e tambores da Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. e *spider* (componente do sistema de freio) da Master passam a contar com tecnologia que incorpora nióbio nanométrico ao ferro fundido, promovendo melhoria das propriedades mecânicas, redução de peso e aumento da durabilidade e resistência dos componentes.
- > **Linha New R Modular:** reforçando os pilares da modularidade e sustentabilidade, as novas configurações da plataforma modular, prometem transformar o conceito de transporte de cargas. A estrutura é unida por rebites estruturais, diminuindo o uso de solda em cerca de 70%. Mais leve, a plataforma aumenta a capacidade de carga e reduz o consumo de combustível e de manutenções.
- > **Smart Composites:** linha de componentes estruturais, da controlada Fras-le, desenvolvidos em materiais compósitos, direcionados principalmente à substituição de peças atualmente produzidas em aço. O avanço da pesquisa fortaleceu o portfólio e atualmente já é possível entregar algumas soluções para o mercado, como suporte de para-lamas que equiparão caminhões do mercado nacional.
- > **Copper-free:** visando atendimento da legislação americana que restringe o uso de cobre e suas ligas a partir de 2025, a Fras-le investiu em pesquisas para o desenvolvimento de produtos livre desse metal. A linha de pastilhas comerciais para freios ar (ADB) foi fortalecida com desenvolvimento de várias formulações sem o uso de cobre.

A Companhia e suas controladas têm diversos projetos e pesquisas em desenvolvimento, que são realizados tanto por suas equipes em estruturas próprias, quanto pelo Instituto Hercílio Randon, associação sem fins lucrativos que atua como Instituto de Ciência e Tecnologia, que é apoiado pela Randoncorp.

Seguem abaixo conceitos e/ou projetos em desenvolvimento no âmbito da inovação, em especial, no setor automotivo:

- > **Nanopartículas de nióbio:** a NIONE Ltda., controlada indireta da Companhia, possui 61 projetos em andamento, distribuídos em 17 setores de atuação, que vão desde ligas fundidas até a indústria de cosméticos. Do total, 32 projetos já estão em TRL 5 (*Technology Readiness Level*), ou seja, estão em fase de validação em ambiente relevante. Os projetos tem fluxo de aprovação que leva em média dois anos, devido à complexidade e disrupção.
- > **Eletrificação:** possuímos 7 projetos em andamento, em iniciativas relacionadas aos novos conceitos de propulsão, com foco em tração elétrica, que possibilitam a redução de combustíveis fósseis, ou seja, agregam benefícios na redução das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa). Um exemplo recente de produto desenvolvido, e já comercializado, neste conceito foi o e-Sys, sistemas de tração elétrico, que oferece inúmeros benefícios aos transportadores, como economia de combustível de até 25% e redução na emissão de gases poluentes.
- > **Eletrônica Embarcada:** possuímos 10 projetos nesse conceito, que contemplam a inserção de sistemas complexos, que contam com microprocessadores e softwares dedicados. Como exemplo de produto lançado, temos a Randon Smart, plataforma própria com sistemas de telemetria e sensoramento que geram dados para controle e gerenciamento de frota.
- > **Smart Materials:** atualmente temos 25 projetos em andamento, com foco no desenvolvimento de soluções alternativas ao uso de materiais em aplicações veiculares, com foco em redução de peso e aumento de eficiência. A controlada Fras-le possui uma linha produtiva específica que utiliza materiais compósitos, como já mencionado anteriormente.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia divulgou em 2021 sua "Ambição ESG", nossa estratégia de sustentabilidade, que contempla nossos

2.10 Planos de negócios

compromissos públicos de sustentabilidade, e atuação em cinco pilares estratégicos, distribuídos em treze temas materiais, identificados por meio de análise de materialidade.

Esta análise foi realizada a partir da perspectiva dos investidores (principais índices ESG do mercado de capitais), dos principais *frameworks* (GRI - *Global Reporting Initiative*, SASB – *Sustainability Accounting Standards Board* e ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), das melhores práticas do setor e da própria estratégia de atuação da Companhia.

A partir disso, a Companhia evoluiu muito e a agenda ESG (*Environmental, Social and Governance*), que sempre foi importante para a Companhia, ganhou força nas relações com nossos *stakeholders*.

Nossos compromissos públicos ESG, totalmente vinculados à nossa estratégia, são:

- > Duplicar o número de mulheres em cargos de liderança até 2025;
- > Reduzir 40% da emissão de gases de efeito estufa até 2030;
- > Zerar acidentes graves;
- > Ampliar a receita líquida anual gerada por novos produtos;
- > Zerar a disposição de resíduos em aterro industrial e reutilizar 100% do efluente tratado até 2025.

Em todos estes compromissos, bem como nos demais temas de nossa Ambição ESG, há oportunidades, para garantia da sustentabilidade da Companhia, e para geração de impacto positivo na sociedade.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Os fatores relevantes foram mencionados nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia mantém uma gestão de riscos integrada, estruturada, personalizada, inclusiva, dinâmica para ter a melhor informação e manutenção da melhoria contínua.

As diretrizes e a estratégia de gestão de riscos corporativos estão estabelecidas na Política de Gestão de Riscos aprovada em 07 de novembro de 2017 pelo Conselho de Administração e com última revisão realizada em 10 de novembro de 2022, a qual pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/a8409c46-1419-4694-b935-b868e0b64e35/7a36280c-ab6a-140f-0454-dff060cab7fb?origin=2>

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades no gerenciamento de riscos da Randoncorp para o contínuo aperfeiçoamento dos processos de gestão.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos estratégicos, bem como, os resultados financeiros e operacionais e sua reputação. Além destes, identifica riscos emergentes, aqueles com maior grau de importância para o negócio, como cibersegurança e segurança da informação e fatores macroeconômicos e geopolíticos.

Para proporcionar uma visão corporativa os riscos são categorizados em estratégico, operacional, regulatório ou financeiro – nesta categoria associados ao mercado, crédito e a geração de caixa. Portanto, conforme a Política de Gestão de Riscos, a Companhia define a estratégia para responder aos riscos:

- (i) associados com as decisões estratégicas para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade de adaptação as mudanças no ambiente.
- (ii) associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes e greves.
- (iii) associados às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas internas.
- (iv) associados ao mercado como mudanças prejudiciais no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações, dos preços de *commodities*, crédito como a perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos e contrapartes de contratos; e a liquidez como não efetivamente na maximização de geração de caixa operacional e dificuldade na captação recursos financeiros.

Adicionalmente, como proteção, para cada risco corporativo crítico é estabelecido um indicador de risco (KRI) monitorado continuamente.

Para o risco emergente de cibersegurança e segurança da informação, temos uma estratégia e estrutura sólida, com boas práticas e conformidade com a LGPD e promovemos continuamente uma cultura de segurança junto aos nossos colaboradores.

Já para o risco de fatores macroeconômicos e geopolíticos, realizamos análises econômicas, monitoramos movimentos políticos e econômicos que possam impactar os negócios da Randoncorp para definir planos de ação em resposta.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, destacada na letra (a) deste item 5.1.

Adicionalmente, a Companhia mantém proteções específicas, tais como: Instrumentos financeiros derivativos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

denominados de *hedge* de fluxo de caixa, para proteger suas exposições aos riscos de variações em moedas estrangeiras, e também, mecanismo de proteção para o caso de escassez no abastecimento de gás natural onde a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e Compliance monitora os principais riscos aos quais a Randoncorp estão sujeitas.

A estratégia de resposta de evitar, aceitar, mitigar ou transferir o risco é definida considerando os impactos financeiro e de imagem, e a probabilidade de materialização do risco. Na definição de resposta de mitigar ou transferir o risco são estabelecidos controles úteis, práticos e econômicos monitorados pela área de Gestão de Riscos e Compliance.

O Comitê Executivo é responsável por avaliar continuamente a eficácia do modelo de gestão de riscos, aprovar a avaliação dos riscos e definir o apetite de riscos.

A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável por estabelecer a metodologia e disseminar a cultura de gerenciamento de riscos reportando diretamente ao Conselho de Administração, órgão responsável pela aprovação da política de gestão de riscos e por garantir a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos.

A gestão de riscos é responsabilidade de todos, sendo que os donos de riscos são responsáveis por monitorar a efetividade das atividades de controle e disseminar informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como, reportar à área de Gestão de Riscos e Compliance qualquer evento incerto que pode impactar os negócios.

Sobre as responsabilidades:

- Conselho de Administração cabe aprovar a política de gestão de riscos e assegurar a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos;
- Presidência Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão de riscos, Apoiar no acultramento de gerenciamento de riscos;
- Comitê Executivo: Realizar avaliação contínua da eficácia do modelo de gestão de riscos, Definir o apetite de riscos, Definir os donos dos riscos e, Aprovar a avaliação dos riscos

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e Compliance tem como atribuição atuar no desenvolvimento de uma cultura organizacional de gerenciamento de riscos e comunicação que envolva os colaboradores e partes que mantenham vínculo e/ou relação com a Randoncorp.

A Auditoria Interna Corporativa, a qual reporta-se ao Conselho de Administração, tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos por meio de trabalhos de avaliação realizados sobre os processos e com base nos riscos inerentes.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia dispõe de diretrizes internas (políticas) devidamente divulgadas aos seus colaboradores para orientar e estabelecer os parâmetros acerca dos processos para atingimento dos objetivos desses alinhados a estratégia da Companhia.

Os controles internos existentes na Companhia visam garantir de forma razoável, em aspectos relevantes, a confiabilidade de todos os processos buscando a conformidade e a minimização dos riscos do negócio. Constantemente, há a adequação dos controles internos a fim de acompanhar as mudanças nas condições existentes nos processos e garantir a conformidade com as políticas internas, legislação e normas vigentes.

Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Companhia conta com o ERP SAP, o qual é mundialmente reconhecido e está presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do mundo, e constantemente vem aprimorando a automatização dos processos com foco em eficiência e segurança dos mesmos.

Complementarmente às estruturas de controles internos a Auditoria Interna Corporativa, de forma independente, provém a cobertura de avaliação dos controles internos relevantes da organização, reportando as recomendações de melhorias necessárias aos processos, bem como realizando o monitoramento do Relatório de Recomendações para aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras e emitido pela auditoria externa. A área de Gestão de Riscos e Compliance, em conjunto com a gestão do negócio, mapeia os controles chaves dos riscos corporativos de maior criticidade da Randoncorp, conduzindo a metodologia e disseminando a cultura da gestão dos riscos. Também, aplica as boas práticas de Compliance disseminando a cultura de integridade e aderência as leis e regulamentos internos.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, e que o ponto significativo identificado pelos auditores independentes não afetou a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Dentro da estrutura de governança da Companhia a Diretoria Estatutária, entre outras atribuições, responde pelas informações das demonstrações financeiras, tendo como suporte para a elaboração dessas informações, a Controladoria e a Contabilidade (área do Centro de Soluções Compartilhadas), garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

A área de Gestão de Riscos e Compliance suporta os processos na estruturação dos principais controles para gerenciamento dos riscos corporativos e manutenção do Programa de Integridade da Randoncorp de acordo com a Política de Gestão de Riscos e Política de Compliance.

E a Auditoria Interna Corporativa provém a cobertura de avaliação para os processos relevantes da Companhia, levando em consideração os objetivos estratégicos desta, avaliando a eficácia dos controles internos frente aos riscos.

A companhia também conta com um Conselho Fiscal que examina e recomenda a aprovação das demonstrações financeiras.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Controladoria Corporativa mensalmente revisa as Demonstrações Financeiras elaboradas e apresentadas pelo CSC (Centro de Soluções Compartilhadas) e realiza o reporte a Diretoria da Companhia, e trimestralmente, após a avaliação da auditoria independente, também reporta ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A área de Gestão de Riscos e Compliance monitora os planos de ação relativos as melhorias ou implementações de controles internos chaves em resposta aos riscos corporativos mapeados, reportando à diretoria da Companhia, bem como ao Conselho de Administração os resultados desse gerenciamento.

5.2 Descrição dos controles internos

Os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa são reportados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores e Gerentes dos processos avaliados.

Para todas as deficiências apresentadas são solicitados à gestão a elaboração de planos de ação, sendo os mesmos monitorados posteriormente pela auditoria para fins de follow-up e de acompanhamento de indicadores de conformidade. As fragilidades identificadas nos trabalhos da Auditoria Interna Corporativa que possam impactar nas demonstrações financeiras são reportadas tempestivamente, para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas e normas do IPPF - International Professional Practices Framework – emitido pelo IIA -The Institute of Internal Auditors.

Adicionalmente, a Auditoria Interna Corporativa monitora e acompanha todos os planos de ação originados dos pontos de melhoria de controles internos que integram o relatório de recomendações emitido pela auditoria externa.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre os controles internos.

Os resultados desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., foram comunicados à Companhia como sugestões de aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis.

Os auditores independentes verificaram um ponto considerado como deficiência significativa, relacionado ao ambiente de controles internos, em conexão com as Demonstrações Financeiras, e apresentaram sugestões de melhoria:

1. Processo de validação e revisão de acessos

Durante nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, identificamos deficiências significativas nos controles relacionados à validação e revisão de acessos no ambiente de TI da Companhia, principalmente relacionados ao seu ERP.

A Companhia possui a ferramenta denominada "AutoSeg", que inicia os chamados para revisão de perfis de acesso, conforme parâmetros pré estabelecidos que geram a necessidade de revisão. Porém, verificamos que tal ferramenta, apesar de indicar necessidade de revisão, não gera qualquer tipo de restrição nos respectivos acessos, mesmo no caso em que não seja respondido o chamado de revisão de forma tempestiva.

Adicionalmente, não identificamos nível de formalização adequado para evidenciação de que todos os perfis foram revisados tempestivamente, bem como quais as ações tomadas a partir da referida revisão.

Entendemos que tais deficiências de controle representam risco de acessos não autorizados às informações críticas e confidenciais da empresa, responsabilidades de acesso acumuladas e conflitantes quanto à correta segregação de função, dentre outros.

A Companhia demonstrou que está em processo de implementação de novas ferramentas mais robustas para endereçar tais situações de forma adequada, porém o mesmo não está concluído na data de encerramento de nossa auditoria.

Desta forma, recomendamos que o projeto de implementação da nova ferramenta seja devidamente finalizado, no qual seja implementada a funcionalidade de revisão completa de todos os acessos que os colaboradores ativos possuem ao ERP (*Enterprise Resource Planning*), não permitindo que os acessos não revisados sejam mantidos com o risco de serem indevidos (seja por conflito de interesses, segregação de funções e/ou por não estarem em conformidade com a função desempenhada pelo colaborador). Assim, recomendamos a definição de um período limite para que ocorram as revisões após abertura do chamado, de maneira que aqueles perfis que permanecem sem um parecer (manter ou remover) do revisor, sejam revogados de forma automática.

Adicionalmente, recomendamos definir, documentar e implementar uma matriz que relacione os perfis e acessos que cada cargo e/ou função dentro do organograma corporativo da Randoncorp necessite para o desempenho das atividades, orientando e estruturando as concessões, revogações e adequações de acessos aos sistemas, ferramentas e

5.2 Descrição dos controles internos

ambientes de TI da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia avaliou o relatório de recomendações, emitido pela auditoria externa, e para a deficiência significativa de controles internos foi apresentado o seguinte comentário da Administração:

A Randoncorp, para melhorar seus processos de gestão de acessos, adquiriram a nova solução de Identity and Access Management (IAM), em novembro de 2022, a qual iniciará a operação em abril de 2023, substituindo a solução atual.

A primeira onda de implementação terá foco na substituição da ferramenta atual e na integração do ERP SAP, prevendo melhorias nos processos de concessão de acessos, revisão de acessos e revogação de acessos.

Após a conclusão da primeira onda serão realizadas outras duas ondas para ampliar controles e processos. Na segunda onda, o escopo inclui a expansão da gestão de acessos para sistemas não-SAP e a terceira onda prevê a construção da matriz de cargos x funções (Role-based access control - RBAC).

Prazo: 26/04/2024

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

A Companhia se preocupa com a construção de um ambiente organizacional ético para que todos exerçam suas atividades pautados pela honestidade, transparência, integridade e seriedade e, por meio disso, reafirmam o seu comprometimento com a sociedade como um todo.

O Programa de Integridade da Randoncorp (ID Randon), representa a continuidade neste processo de evolução da governança das empresas, fortalecendo nossos valores e nossos princípios para os próximos desafios.

O programa de integridade contempla o Código de Conduta Ética, Políticas Corporativas, Canal de Ética e Portal Due Diligence, a qual se trata de ferramenta utilizada para identificar potenciais riscos advindos da contratação de terceiros.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui a Política Anticorrupção, aprovada pelo Conselho da Administração em 07 de novembro de 2017 com última revisão realizada em 10 de novembro de 2022 que estabelece diretrizes e padrões que almejam assegurar que a Randoncorp e todos que atuam em seu nome, entendam e atuem em conformidade com a lei.

Segue abaixo o link de acesso à política:

<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/a8409c46-1419-4694-b935-b868e0b64e35/574f42fc-66bb-626e-bb35-d32a9a6fe60a?origin=2h>

A Companhia dispõe também do Código de Conduta Ética que está fundamentado nos princípios da Randoncorp e tem como principal objetivo orientar sobre as práticas de condutas éticas, contribuindo para que as escolhas certas sejam realizadas dentro e fora do ambiente de trabalho.

O Portal de *Due Diligence* é também uma ferramenta utilizada para identificação de potenciais riscos de atos de corrupção advindos da contratação de terceiros.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os mecanismos estão estabelecidos no Programa de Integridade (ID Randon) da Randoncorp, os principais são o Código de Conduta Ética, o Canal de Ética, o portal de Due Diligence, as políticas corporativas e os treinamentos sobre os temas relacionados a integridade.

As diretrizes para gerenciamento de riscos corporativos estão estabelecidas na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/a8409c46-1419-4694-b935-b868e0b64e35/7a36280c-ab6a-140f-0454-dff060cab7fb?origin=2>

As políticas corporativas são revisadas anualmente para assegurar a integridade dos processos adotados pela Companhia.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui a Política de Compliance aprovada pelo Conselho da Administração em 07 de novembro de 2017 com última revisão realizada em 10 de novembro de 2022 que visa orientar a função de compliance da Randoncorp, por meio de diretrizes, princípios e responsabilidades observados no desempenho das atividades. Também objetiva disseminar a prática de compliance por todos os níveis de gestão, demonstrando a importância de conhecer e executar as determinações legais e regulamentares, para mitigação de riscos. Segue link de acesso à política:

<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/a8409c46-1419-4694-b935-b868e0b64e35/add60cac-4e51-c3a9-463c-d938700471a9?origin=2>

5.3 Programa de integridade

Sobre as responsabilidades:

Conselho de Administração

- Aprovar a política de Compliance.
- Aprovar o Código de Conduta Ética e as políticas corporativas.
- Assegurar recursos adequados para a função de Compliance

Comitê de Ética

- Suportar a execução do Programa de Integridade da Randoncorp, estimulando o comprometimento dos altos executivos e patrocinando as ações do sistema de gestão de Compliance.
- Garantir a aplicação do sistema de gestão de Compliance nos processos da Companhia.
- Acompanhar a execução do Programa de Integridade, participar nas deliberações de desvios que envolvam a Alta Administração da Randoncorp, e quando solicitado, participar de deliberações sobre descumprimentos críticos praticados por administradores e colaboradores.

Área de Gestão de Riscos e Compliance

- Gerir e estabelecer as atividades do Programa de Integridade da Randoncorp com base nas melhores práticas de sistema de gestão de Compliance.
- Fornecer periodicamente treinamentos relacionados ao Programa de Integridade, aplicáveis aos administradores e colaboradores, e prestadores de serviços alocados fisicamente na Companhia.
- Promover a inclusão de responsabilidades de Compliance nas descrições de cargos e nos processos de gestão de desempenho dos funcionários.
- Estabelecer e monitorar indicadores de desempenho de Compliance.
- Fornecer aconselhamento objetivo à organização em questões relacionadas com Compliance.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Ética é aplicável a todos os administradores e funcionários da Randoncorp independentemente de cargo ou funções exercidas, estendido a terceiros (exemplo: fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados).

O Código de Conduta Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2016, e atualizado em 9 de setembro de 2021, podendo ser acessado através do seguinte link: <https://www.randoncorp.com/media/1612/codigo-de-conduta-etica.pdf>

A realização de treinamentos ocorre na integração do funcionário e/ou terceiro e também em pautas de reuniões mensais, vídeos institucionais, comunicações internas para disseminação das práticas, zelando pelo crescimento e integridade de todas as relações.

A conduta que estiver em desacordo com o Código de Conduta Ética, bem como os procedimentos e demais políticas corporativas, está sujeita a medidas disciplinares, conforme normas internas e legislação trabalhista, civil ou criminal, de acordo com a Política de Consequências (<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/a8409c46-1419-4694->

5.3 Programa de integridade

b935-b868e0b64e35/9122e530-8258-d29e-4269-41e5d3723c3c?origin=2).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Canal de Ética da Randoncorp é disponível para o público interno e externo. O Canal é um meio de comunicação exclusivo e seguro, que garante o anonimato, a proteção e não retaliação aos relatores. As informações registradas são recebidas por uma empresa independente e especializada, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação.

Qualquer pessoa pode entrar em contato por meio do site ou telefone: (i) Site: <<https://canaldeetica.com.br/empresasrandon/>>; (ii) Telefone: 0800-777-0768, disponível 24h via gravação em secretária eletrônica ou de segunda à sábado das 08h às 20h, com atendimento pessoal especializado.

A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável por acompanhar as apurações do relato, e reportar periodicamente os resultados para o Comitê de Ética da Randoncorp, que tem por atribuição dar cumprimento ao Código de Conduta Ética mediante o tratamento adequado à todas as ocorrências.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve registro de casos desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes a respeito de gerenciamento de riscos e controles internos foram informadas nos itens anteriores.